

INICIATIVA DE REDUÇÃO DAS VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS: O CASO DE SANTA CATARINA

INICIATIVA PARA LA REDUCCIÓN DE LAS VIOLENCIAS EN LAS ESCUELAS: EL CASO DE SANTA CATARINA

VIOLENCE REDUCTION INITIATIVE IN SCHOOLS: THE CASE OF SANTA CATARINA



Mônica TESSARO¹

e-mail: monica.tessaro@unoesc.edu.br



Maria Teresa Ceron TREVISOL²

e-mail: mariateresa.trevisol@unoesc.edu.br

Como referenciar este artigo:

TESSARO, M.; TREVISOL, M. T. C. Iniciativa de redução das violências nas escolas: O caso de Santa Catarina. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023155, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17877>



| Submetido em: 20/03/2023
| Revisões requeridas em: 17/05/2023
| Aprovado em: 02/07/2023
| Publicado em: 26/12/2023

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Joaçaba – SC – Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED). Doutorado em Educação (UNOESC).

² Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Joaçaba – SC – Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED). Pós-doutorado em Ciências da Educação e Psicologia (UC-Portugal).

RESUMO: Este artigo analisa as ações que vêm sendo organizadas pelas equipes dos Núcleos de Educação e Prevenção às Violências na Escola (NEPREs). O NEPRE está vinculado à Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola, implementada pela Secretaria de Estado de Educação (SED) de Santa Catarina. A base empírica deste texto é uma pesquisa documental, de natureza qualitativa. Evidenciou-se que as ações desenvolvidas pelos núcleos oscilam entre medidas pontuais e as que demandam de investimento financeiro, de pessoal e de estrutura física. A política que embasa o NEPRE possui validade, mas demanda de vitalidade. Do ponto de vista legislativo, constitui uma política da rede estadual de educação, recebe incentivos formativos da SED e busca estabelecer parceria com a rede de proteção que faz parte da escola. O NEPRE pode ser considerado uma iniciativa promissora, contudo, trata-se de uma ação que requer consolidação.

PALAVRAS-CHAVE: Violências. Escola Pública. Santa Catarina. NEPRE.

RESUMEN: Este artículo analiza las acciones que han sido organizadas por los equipos de los Núcleos de Educación y Prevención de la Violencia Escolar (NEPREs). El NEPRE está vinculado a la Política de Educación, Prevención, Atención y Asistencia a la Violencia en la Escuela, implementada por la Secretaría Estadual de Educación (SED) del estado de Santa Catarina. La base empírica de este texto es una investigación documental, de naturaleza cualitativa. Se evidenció que las acciones desarrolladas por los núcleos oscilan entre medidas puntuales y aquellas que demandan inversión financiera, en personal y en estructura física. La política en la que se basa el NEPRE es válida, pero requiere vitalidad. Desde el punto de vista legislativo, constituye una política de la red educativa estatal, recibe incentivos de formación de la SED y busca establecer una alianza con la red de protección que forma parte de la escuela. El NEPRE puede considerarse una iniciativa promisorio, sin embargo, es una acción que demanda consolidación.

PALABRAS CLAVE: Violencias. Escuela pública. Santa Catarina. NEPRE.

ABSTRACT: This article analyzes the actions that have been organized by teams from the Centers for Education and Prevention of Violence at School (NEPREs). NEPRE is linked to the Policy on Education, Prevention, Attention and Assistance to Violence at School, implemented by the State Department of Education (SED) of the Santa Catarina. The empirical basis of this text is a documentary research, of a qualitative nature. It was evident that the actions developed by the nuclei oscillate between specific measures and those that demand financial investment, on personnel and on physical structure. The policy on which NEPRE is based is valid, but requires vitality. From the legislative point of view, it constitutes a policy of the state education network, receives training incentives from the SED and seeks to establish a partnership with the protection network that is part of the school. NEPRE can be considered a promising initiative, however, it is an action that demands consolidation.

KEYWORDS: Violence. Public school. Santa Catarina. NEPRE.

Introdução

Em um estudo sobre as iniciativas públicas de redução das violências que se manifestam no contexto escolar, Gonçalves e Spósito (2002) afirmaram que no Brasil, as políticas de redução das violências no âmbito educacional têm sua origem na esfera estadual e municipal, tendo como principal característica ações descontínuas e fragmentadas. Nessa mesma linha, a pesquisa desenvolvida por Frick (2016), analisou estratégias governamentais de prevenção às violências na escola dos 26 (vinte e seis) estados brasileiros, mais o Distrito Federal e identificou 19 (dezenove) estratégias de nível estadual, tendo como órgão precursor as Secretarias Estaduais de Educação. Destas, 17 (dezesete) foram enquadradas como iniciativas isoladas e fragmentadas.

Nesse sentido, para Frick, Menin, Tognetta e Del Barrio (2019) as ações de enfrentamento e prevenção às violências no contexto educacional precisam de planejamento sistematizado de acordo com a realidade de cada contexto (estado, região, escola). Por essa razão, é primordial entendermos a compreensão que os órgãos públicos estaduais possuem em relação a essa problemática, por conta disso, neste artigo, nossas análises estarão centradas na iniciativa do estado de Santa Catarina. (FRICK, 2016; TESSARO, 2022).

A partir da década de 1990, o estado de Santa Catarina passou a demonstrar preocupação com o fenômeno das violências, especificamente, um tipo que inviabiliza a convivência entre os alunos, o *bullying*. Por isso, instituiu o Programa de Combate as Violências por meio da Lei n. 14.651, de 12 de janeiro de 2009, que em seu artigo 4º institui: “para a implementação deste Programa, a unidade escolar criará uma equipe multidisciplinar, com a participação de docentes, alunos, pais e voluntários, para a promoção de atividades didáticas, informativas, de orientação e prevenção.” (SANTA CATARINA, 2009; TESSARO, 2022).

Em 2011, Santa Catarina criou a Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às violências na Escola, que instituiu em todas as escolas estaduais aquilo que a Lei Estadual Nº 14.651, de 12 de janeiro de 2009 previu, isto é, a criação do Núcleo de Educação e Prevenção às Violências (NEPRE) que, preconiza a formação continuada dos profissionais que atuam na rede estadual sobre as temáticas das violências na escola, tendo como objetivo central promover a educação, a prevenção, a atenção e os atendimentos das situações de violências envolvendo os sujeitos que integram o contexto escolar (SANTA CATARINA, 2018a; TESSARO, 2022).

Considerando esta iniciativa, o presente texto tem como objetivo analisar as ações que vêm sendo organizadas pelos Núcleos de Educação e Prevenção às Violências na Escola

(NEPREs), formados por profissionais que atuam na Secretaria de Estado de Educação (NEPRE/SED), por profissionais que atuam nas Coordenadorias Regionais de Educação (NEPREs/CREs) e, pelos atores (professores, estudantes, famílias e a comunidade que integram a rede de proteção) das escolas públicas estaduais (NEPREs/Escolas), desde a implantação da Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na escola, pelo estado de Santa Catarina em 2011 (SANTA CATARINA, 2011).

Contextualizando a iniciativa do estado de Santa Catarina: histórico de enfrentamento das violências

Em 2010, “a SED realizou uma pesquisa envolvendo as 1.350 (mil trezentas e cinquenta) unidades escolares da rede pública estadual, objetivando o mapeamento de informações sobre episódios de violências no contexto escolar.” (TESSARO, 2022, p. 88). Essa pesquisa apresentou deficiências “na articulação em rede para o atendimento a crianças e adolescentes, trabalhadores da educação e famílias que sofrem violências, além das dificuldades da própria escola em trabalhar o fenômeno.” (SANTA CATARINA, 2018a, p. 13).

A Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências alinhou-se ao Plano Estadual de Educação, recebendo amparo da legislação estadual por meio da Lei Nº 14.408, de 10 de abril de 2008 (SANTA CATARINA, 2008) e da Lei Nº 14.651, de 12 de janeiro de 2009 (SANTA CATARINA, 2009) consolidando-se no ano de 2011 em todas as unidades educacionais do estado, enquanto Núcleo de Educação e Prevenção às Violências na Escola, os chamados NEPREs. Nesse mesmo ano, foi publicada a primeira edição do caderno pedagógico que orienta e informa os profissionais da educação do estado sobre essa iniciativa (SANTA CATARINA, 2011; TESSARO, 2022).

A referida lei está fundamentada no conjunto de ordenamentos legais e políticas públicas que visam a promoção dos direitos humanos, entre eles, destaca-se a

Declaração Universal dos Direitos Humanos; Constituição Federal de 1988; Constituição do Estado de Santa Catarina; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Programa Nacional de Direitos Humanos; Lei Estadual Nº 14.651/2009; Resolução Nº 4/2010; Resolução Nº 7/2010; Lei n. 11.340/2006; Lei n. 11.525/2007; Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2009); Plano Nacional de Educação; Plano Nacional de Educação (SANTA CATARINA, 2011, p. 16-17).

Considerando estes marcos legais, o NEPRE foi instituído formalmente em 2011 nas 1.350 (mil trezentas e cinquenta) escolas, distribuídas, em 36 (trinta e seis) Coordenadorias

Regionais de Educação (CREs), que compõem a rede estadual de educação, em formato de equipes multidisciplinares, envolvendo a comunidade (pais, mães, alunos, professores, demais funcionários do contexto educacional), representantes de órgãos externos à escola, como o Conselho Tutelar e a Secretaria de Assistência Social, pertencente ao estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2011; TESSARO, 2022). O objetivo assumido por essas equipes foi de “implementar novos saberes, novas metodologias, com o envolvimento de todos os segmentos sociais, no compromisso de cuidar da escola, como espaço social e educativo” (SANTA CATARINA, 2018a, p. 11).

Para isso, o NEPRE possui três níveis estruturais, a saber: i) equipe NEPRE/SED, composta por um profissional que assume a responsabilidade de coordenação, técnicos da Gerência da Diretoria de Gestão da Rede Estadual e técnicos das demais diretorias da SED, Assistentes Sociais e Psicólogos; ii) equipe NEPRE/CRE, formada por um coordenador, técnicos da CRE, Assistentes Sociais e Psicólogos; iii) NEPRE/Escolas, composta por um coordenador, um representante docente, um representante discente, um representante dos pais e/ou responsáveis, um representante de lideranças do entorno da escola (SANTA CATARINA, 2018a).

Cada uma dessas equipes possui funções específicas, a saber, a equipe NEPRE/SED, prevê a elaboração de um plano de gestão e articulação, planejamento das ações de convivência, prevenção e articulação de parcerias intersetoriais para o atendimento das situações de violências nas escolas. Já a equipe NEPRE/CRE, busca realizar o acolhimento, a escuta e o acompanhamento das situações trazidas pelas equipes NEPREs/Escolas, bem como, visa orientar a mediação de conflitos, elaborar planos e ações de prevenção às violências junto às escolas. Por fim, os NEPREs/Escolas tem como principal atribuição planejar estratégias de prevenção e manejo dos casos de violências que se manifestam no seu cotidiano. Ou seja, entre as atribuições de cada equipe, perpassam o diálogo, a análise e a adoção de encaminhamentos pedagógicos, para que os profissionais da educação, nos seus diferentes níveis, atuem na educação e prevenção das questões relacionadas às violências nas escolas.

Caminho metodológico

A base empírica deste texto se constitui a partir de uma pesquisa documental, de natureza qualitativa. Segundo Gil (2002), a pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica por se utilizar de fontes impressas e/ou disponíveis em *sites* de órgãos públicos e privados. A coleta dos dados foi realizada no *site* da SED, utilizando-se isoladamente, dos

seguintes descritores como filtros de pesquisa: NEPRE; Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola. Não houve delimitação de um recorte temporal, na busca e seleção de materiais, uma vez que o texto objetiva analisar a iniciativa de prevenção às violências nas escolas do estado de Santa Catarina.

Assim, todas as notícias, informes estatísticos e demais materiais publicados, que fizeram menção a um dos filtros utilizados, foram analisados na íntegra, seguindo os preceitos da análise de conteúdo indicados por Bardin (2011), prioritariamente, a partir do uso da técnica da análise temática, a qual consiste na definição de unidades de registro. As unidades de registro neste estudo foram constituídas a partir das materialidades empíricas que foram evidenciadas com maior frequência dentro dos materiais analisados, as quais compuseram as categorias presentes neste estudo.

Ao todo, acessamos 76 documentos, os quais foram analisados e categorizados. Na tabela 1, apresentamos a categorização das iniciativas identificadas.

Tabela 1 – Categorização das iniciativas de prevenção e enfrentamento das violências

Categorias	Unidades de registro	Porcentagem/número
Campanhas	Campanha para o melhoramento do convívio social	50% (n= 38)
	Campanha: O Dia da Família na escola	
	Campanha: Cultura de paz na escola	
	Campanha em comemoração ao dia nacional dos direitos humanos	
	Campanha: Respeito nas escolas	
	Palestras	
	Gincanas	
Capacitação docente	Capacitação oferecida pela SED aos coordenadores dos NEPREs/CREs	25% (n= 19)
	Capacitação oferecida pelas CREs aos coordenadores dos NEPREs/Escolas	
Plataforma NEPRE on-line	Criação da plataforma NEPRE on-line	13,15% (n= 10)
	Cartilha desenvolvida pela SED	

Desenvolvimento de materiais informativos	Caderno pedagógico de prevenção às violências na escola desenvolvido pela SED	6,57% (n= 5)
Relatórios	Relatório dos registros da plataforma NEPRE on-line	5,28% (n= 4)
	Relatório dos tipos de violências ocorridas no contexto escolar	

Fonte: Elaborado pelas autoras

As categorias apresentam as ações que vêm sendo organizadas pelas equipes NEPRE/SED, NEPREs/CREs e NEPREs/Escolas desde a implantação da Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências. A seguir, passaremos a analisar e discutir os dados coletados por meio da pesquisa documental realizada.

Análise e discussão dos dados de pesquisa

Apresentaremos, na sequência do texto, os resultados da pesquisa documental a partir das cinco categorias que emergiram da análise temática. A primeira, engloba as campanhas criadas pelas equipes dos NEPREs/Escolas. A segunda, aborda sobre a capacitação docente oportunizada pela equipe NEPRE/SED e pelas equipes NEPREs/CREs. A terceira, trata da criação de uma plataforma de registros dos casos de violências, o NEPRE on-line. A quarta, refere-se ao desenvolvimento dos materiais informativos, criados e publicados pela equipe NEPRE/SED. Por fim, a categoria relatórios faz menção aos registros realizados pelas equipes NEPREs/Escolas na plataforma NEPRE on-line.

Campanhas

As campanhas totalizam 50% (n= 38) das ações realizadas pelas equipes dos NEPREs, entre elas, destacam-se: campanha para o melhoramento do convívio social; campanha que estabelece o Dia da Família na escola; campanha cultura de paz nas escolas; campanha em comemoração ao dia nacional dos direitos humanos; campanha respeito nas escolas; palestras e gincanas. Essas iniciativas são promovidas, em sua grande maioria pelas equipes NEPREs/Escolas, as quais caracterizam-se como ações pontuais e fragmentadas, significa dizer que não possuem continuidade, foram criadas e aplicadas em um curto período.

Esse tipo de ação, embora esteja alinhada aos objetivos do NEPRE não contribui com o processo de resolução de conflitos e diminuição dos casos de violências, pois, são iniciativas direcionadas ao público discente, não se trata de um projeto pedagógico da escola, seu grande

objetivo é o controle e a disciplina em sala de aula. Assim, o que acontece por meio dessas iniciativas é a tentativa de submeter crianças e adolescentes ao poder dos adultos, o que pressupõe o aumento da vigilância, das regras e punições para lidar com esses problemas (VINHA; NUNES, 2020). Casos assim, segundo Tognetta *et al.* (2021) são caracterizados como ineficazes, pois ignoram a complexidade do problema.

Nessa mesma linha, corrobora o estudo de Zechi e Vinha (2022) de que as violências na escola constituem um fenômeno multifatorial e não pode ser compreendido e manejado de forma isolada e fragmentada. O caminho indicado pelas autoras é criar oportunidades de aprendizagem perante as situações conflitivas, buscando soluções dialógicas, respeitosas e democráticas. Contudo, o que se observa entre os estudos brasileiros sobre essa temática, é que “há uma tendência a apontar para a criação de regras e para medidas pontuais como as ações de informação e conscientização do fenômeno, os quais são importantes, mas devem ser o início de um trabalho sistematizado e amplo.” (FRICK; MENIN; TOGNETTA; DEL BARRIO, 2019, p. 1167).

As campanhas, como as realizadas pelas escolas públicas de Santa Catarina são importantes, todavia, reiteramos que essas devem servir como o disparador de um trabalho sistematizado e contínuo a ser desenvolvido pelas equipes dos NEPREs. Para isso, a formação e capacitação docente merece destaque, especialmente no que se refere à forma de agir e de se relacionar com os alunos envolvidos nos casos de violências.

Capacitação docente

A capacitação docente, em nossa análise, compreendida como a formação de professores aparece com 25% (n=19) das ações realizadas. Contudo, é importante apresentar uma diferenciação entre esse percentual. De 2011 até o presente momento, apenas quatro encontros formativos foram oportunizados pela equipe NEPRE/SED aos coordenadores das equipes NEPREs/CREs, sendo esses profissionais considerados como multiplicadores e responsáveis por 15 ações formativas destinadas aos coordenadores dos NEPREs/Escolas. Se considerarmos as 36 CREs que o estado possui, menos da metade promoveu algum tipo de formação destinada aos coordenadores dos NEPREs/Escolas. Outro fator importante, constatado na análise dos documentos é que os conteúdos de todos os encontros formativos publicados no site da SED tratavam apenas da implementação da política e fortalecimentos dos NEPREs nas CREs e

escolas, ou seja, não localizamos nenhum documento que fez menção a uma formação específica sobre a temáticas das violências.

Infelizmente, a falta de formação dos profissionais da educação para lidar com o problema das violências na escola não é um caso isolado. Constitui consenso entre diferentes pesquisas (AVILÉS, 2013; TREVISOL; CAMPOS, 2016) a necessidade da formação inicial e continuada dos profissionais que atuam no contexto educacional, considerando as múltiplas demandas do cotidiano, entre elas, a questão dos conflitos interpessoais. Especialmente, porque o desenvolvimento de projetos e ações das políticas públicas tem demonstrado “claros limites teóricos em suas elaborações, encaminham cartilhas e campanhas de conscientização, disque denúncias e outras estratégias de terceirização [...] como a indicação da polícia na escola ou [...] encaminhamentos pouco criteriosos ao conselho tutelar.” (TOGNETTA; DAUD, 2018, p. 380).

Para melhor formar aqueles que formam, o estudo realizado por Frick, Menin, Tognetta e Del Barrio (2019, p. 1174) aponta para a necessidade de solidificar um projeto antiviolaência nas escolas, para isso é necessário que este faça parte do “Projeto Político Pedagógico [...], da escola, em que tais ações sejam planejadas, sistemáticas, intencionais, que [...] contribuam para tornar as relações interpessoais, no ambiente escolar, mais solidárias, justas, cooperativas e respeitadas.”

Em consonância com essas reflexões, Tognetta *et al.* (2020, p. 4) afirmam que a formação de professores e gestores, acerca da temática das violências na escola, deve ter o “intuito de gerar transformações na escola a partir de propostas de ações diferenciadas e inseridas no currículo visando a mediação dos conflitos, a melhoria da convivência e a consequente redução da violência.” Para isso, é importante considerar três elementos que estão interconectados nesse processo, a saber: a via pessoal; a via curricular e a via institucional, pois segundo Knoener, Santos e Souza (2020), quando se trata de convivência, a escola é responsável por algumas funções, entre elas, a organização e construção de propostas pedagógicas de prevenção e enfrentamento das violências, que devem estar ancoradas pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

Entre as possibilidades formativas que podem ser utilizadas no contexto educacional visando a prevenção e enfrentamento das violências, Tessaro e Trevisol (2020, p. 45) destacam

as que oportunizem aos profissionais conhecimentos teórico-práticos; a utilização de situações-problemas da própria escola, do cotidiano, como mobilizadores de processos de aprendizagem, da reflexão e tomada de decisões em relação ao manejo dessas situações; a valorização de momentos de trocas entre profissionais, da bagagem cultural, das experiências e

vivências dos professores para encaminhar situações-problema de maneira mais assertiva.

Desse modo, corroboramos com a pesquisa de Tessaro (2022) que ressalta que apesar de o estado de Santa Catarina ter sido pioneiro na implantação de uma política de prevenção às violências na escola, ainda enfrenta desafios em termos de formação dos profissionais da educação para atuação frente a essa demanda. Assim, consideramos a necessidade tanto da SED, quanto das instituições de ensino superior, incluir nos cursos formação inicial e continuada de professores, os estudos e discussões a respeito do fenômeno das violências.

Plataforma NEPRE on-line

A criação da plataforma on-line totalizou 13,15% (n= 10) das ações realizadas e publicadas no site da SED. Trata-se de uma ferramenta de apoio às equipes dos NEPREs para o registro das situações de violências que ocorrem no cotidiano das escolas. Essa iniciativa elimina a necessidade da utilização de relatórios manuais, uma vez que aprimora o trabalho e gera dados referentes aos tipos de violências, tipifica as causas das violências na escola, ilustra os procedimentos adotados para o manejo e intervenções, além de possibilitar o acompanhamento dos casos.

A criação da plataforma NEPRE on-line ocorreu em 2017 e visa atender o que preconiza o artigo 6º da Lei Nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, que trata sobre a produção e publicação de relatórios das ocorrências das violências para o planejamento das ações de prevenção e enfrentamento (BRASIL, 2015). Segundo os documentos que abordam informações sobre esta categoria, uma das grandes dificuldades das escolas foi o registro dos casos de violências, bem como, o encaminhamento deles. Entretanto, compreende-se que a elaboração de ações de notificação não garante que os problemas de convivência serão extintos da escola.

Sabemos que o uso de plataformas digitais é aliado no enfrentamento às violências, pois, segundo Marques e Galindo (2019) os registros dos casos de violências garantem dados mais precisos, os quais podem colaborar com ações de enfrentamento organizadas tanto pela rede de proteção externa quanto pela própria escola. No entanto, apesar da iniciativa ser considerada positiva, são escassas as informações a seu respeito.

Os registros dos acontecimentos e das ações tomadas para sua resolução são relevantes, mas não suficientes, pois o fenômeno das violências “exige ações educativas que incidam, por exemplo, na melhora da qualidade das relações, na educação em valores e em sentimentos sociomoraes e no estabelecimento de vínculos de segurança e apoio.” (FRICK, 2016, p. 138).

Sendo assim, Abramovay, Castro, Silva e Cerqueira (2016), ao realizarem uma pesquisa de diagnóstico das violências nas escolas recomendam, além da coleta dos dados quantitativos, investir em ações qualitativas voltadas para a prevenção dessa problemática. Para isso, a participação, em especial dos alunos, em conjunto com o campo das políticas educacionais, a nível das escolas e do Estado brasileiro, é primordial.

Desenvolvimento de materiais informativos

O desenvolvimento de materiais informativos representou 6,57% (n= 5) das ações realizadas, entre eles, destacam-se dois materiais, uma cartilha e um caderno pedagógico de prevenção às violências na escola, ambos desenvolvidos pela equipe NEPRE/SED. São materiais que apresentam a Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola para todas as equipes dos NEPREs, além de fornecer subsídios sobre diferentes situações que envolvem as violências, citando formas de prevenção e manejo. Além disso, a cartilha apresenta informações da área jurídica e dos direitos humanos, aborda questões ligadas aos direitos e deveres da escola perante os casos de violências que se manifestam no cotidiano.

Apesar de os respectivos materiais serem considerados importantes, uma vez que abordam e caracterizam a iniciativa do estado de Santa Catarina na prevenção e enfrentamento das violências na escola, entre outros temas, tais como: drogas, gênero, doenças sexualmente transmissíveis, *bullying* e outros tipos de violências, ponderamos que os materiais, por si só, não possuem a condição de mobilização dos participantes das equipes dos NEPREs, como da comunidade escolar, mas se vinculadas a propostas de formação continuada, teriam maior impacto.

A criação e publicação de materiais que não se aproximam da realidade das escolas, pouco contribuem para a atuação dos profissionais da educação. Por isso, Knoener, Santos e Souza (2020) indicam algumas orientações que são imprescindíveis para a construção de materiais não só informativos, mas sobretudo, formativos, dentre elas, destacam-se propostas de estudos sobre: a construção da personalidade ética; a linguagem construtiva; as regras; os conflitos; assembleias de classe; sanções; mediação de conflitos na escola; o *bullying*; formação de professores.

No que se refere as propostas de estudos para os profissionais que integram as equipes dos NEPREs, Tessaro (2022), assinala as seguintes temáticas: fortalecimento das equipes dos

NEPREs; violências na escola: concepções teóricas; e, estratégias de prevenção, mediação e atendimento. Cabe destacar que o desenvolvimento do processo formativo valoriza momentos de estudo individualizado e coletivo dos profissionais, e ainda, incluem a discussão de situações-problema do cotidiano das escolas.

Relatórios

Os relatórios representaram 5,28% (n= 4) dos documentos analisados. Trata-se dos resultados da plataforma NEPRE on-line, cujos relatórios disponíveis são referentes aos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, respectivamente.

Em 2018, 125 unidades escolares realizaram registros na plataforma on-line, totalizando 609 situações de violências e *bullying* registradas. Entre os tipos de violências que mais se destacaram foram: a violência verbal (166 registros), seguida da violência física (151 registros) e com 52 registros a perseguição/intimidação e a prática de *bullying*. Os locais mais frequentes em que essas situações ocorreram foram: sala de aula (146 registros); pátio da escola (79 registros); corredores (66); fora das dependências escolares (44 registros). (SANTA CATARINA, 2018b).

Em 2019, na mesma ferramenta on-line, 312 unidades escolares realizaram registros de violências, totalizando 1.272 registros. Dentre os atos violentos que mais se destacaram: violência física (887 registros); violência verbal (877 registros); perseguição/intimidação (284 registros); prática de *bullying* (234 registros). Em relação ao local dos fatos: sala de aula (1.126 registros); pátio (386 registros); corredores (235 registros) (SANTA CATARINA, 2019).

Em 2020, houve uma diminuição dos registros em função do período de suspensão das aulas presenciais devido a pandemia, apenas 133 casos registrados em 63 unidades escolares. No que se refere a descrição dos tipos mais comuns de violências relatadas destacam-se: violência verbal (28 registros); violência física (26 registros); violência física e verbal (15 registros); *cyberbullying* (9 registros); tentativas de suicídio (7 registros). Os locais mais comuns que essas agressões ocorreram foram: sala de aula (47 registros); proximidades da escola (18 registros); quadra de esportes (7 registros). Sobre as motivações das agressões, 48 dessas foram ocasionadas por dificuldades comportamentais e emocionais; outras 7 foram ocasionadas por intolerância religiosa, identidade étnico-racial e de gênero (SANTA CATARINA, 2020).

Em 2021, apenas 29 unidades escolares registraram casos de violências, totalizando 54 registros. O maior número de registros se refere aos casos de violência física (7 registros); seguido de *bullying* (6 registros) e violência verbal (5 registros). Destas situações, 14 aconteceram próximo à escola e 12 na sala de aula. (SANTA CATARINA, 2021).

Os dados apresentados pela ferramenta on-line situam o panorama atual das instituições escolares situadas no estado de Santa Catarina. Evidenciamos que os registros de violência nas escolas, com destaque especial, para a violência verbal e física, e para o local onde esse tipo de situação acontece, prioritariamente, a sala de aula, merecem atenção.

Nessa perspectiva, destacamos que os dados das pesquisas em relação ao problema das violências em escolas públicas localizadas em mesorregiões do estado de Santa Catarina, ressaltam a necessidade de continuidade dos processos de formação dos profissionais que atuam no contexto escolar, pois, o retorno escolar pós-pandemia tem distanciado a cultura de paz nas escolas (ZECHI; VINHA, 2022). Nesse sentido, o desafio das equipes dos NEPREs continua sendo o de contribuir para que as escolas se constituam como também de fortalecer a política de estado, que enfatiza a importância da promoção de ações de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola.

Considerações finais

Os dados analisados neste artigo evidenciam que mesmo que o NEPRE, enquanto Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola, se constitua como uma iniciativa precursora no que se refere à prevenção e enfrentamento das violências na escola, permanecem desafios e dificuldades, especialmente no que se refere a consolidação da escola enquanto um espaço de convivência. Dados de pesquisa como as de Tessaro (2022), têm ressaltado que o NEPRE é uma iniciativa que possui validade, mas carece de vitalidade. A mudança dessa condição implica incentivos públicos, um calendário definido de ações e investimentos financeiros, de estrutura física e de pessoal, diálogo com e entre as escolas, CREs, SED e demais instituições que fazem parte da rede de proteção social e, principalmente, uma agenda sistematizada de ações com caráter contínuo, visando a prevenção das violências e promoção da convivência.

Diante dos dados analisados neste estudo, enfatizamos a necessidade de a Política que sustenta as ações do NEPRE no estado de Santa Catarina ser acompanhada e avaliada, a fim de atender de fato as demandas do cotidiano escolar, prioritariamente, aquelas que envolvem

situações de violências. Da mesma forma, ressaltamos a importância do trabalho em rede intersetorial e multiprofissional, com e entre a comunidade escolar, visando que o sistema de garantia de direitos às crianças e adolescentes seja de fato cumprido.

Os dados apresentados e analisados neste texto constataam a relevância acadêmica e social de estudos desta natureza, de outras iniciativas, como a do NEPRE, com destaque aos objetivos, às finalidades e à avaliação constante do percurso. Estudos dessa natureza podem fornecer subsídios teóricos e práticos acerca dos desafios e lacunas a serem enfrentados no cotidiano das escolas. Compreendemos a importância da sequência de pesquisas que possam contribuir na compreensão e elaboração de estratégias de enfrentamento e manejo das violências na escola, ampliando as análises para outras iniciativas, sejam elas de esferas municipais, estaduais e/ou federais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, A. P.; CERQUEIRA, L. **Diagnóstico Participativo das Violências nas Escolas: falam os Jovens**. Rio de Janeiro: FLACSO-Brasil; OEI; MEC, 2016. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2016/03/Diagn%C3%B3stico-participativo-das-viol%C3%A2ncias-nas-escolas_COMPLETO_rev01.pdf. Acesso em: 3 jan. 2023.
- AVILÉS, J. M. M. **Bullying: guia para educadores**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13185.htm. Acesso em: 3 jan. 2023.
- FRICK, L. T. **Estratégias de prevenção e contenção do bullying nas escolas: as propostas governamentais e de pesquisa no Brasil e na Espanha**. 2016. 274 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/136467>. Acesso em: 3 jan. 2023.
- FRICK, L. T.; MENIN, M. S. S.; TOGNETTA, L. R. P.; DEL BARRIO, C. Estratégias *antibullying* para o ambiente escolar. **Revista ibero-americana de estudos em educação**, Araraquara, v. 14, n. 3, p. 1152–1181, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12380>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONÇALVES, L. A. O.; SPOSITO, M. P. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 101-138, mar. 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/FsRWdSHj4MwjXVKfMmLzshJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 jan. 2023.

KNOENER, D. F.; SANTOS, N. C. P.; SOUZA, R. A. A formação dos professores e tutores nas escolas que buscam a melhoria da qualidade da convivência na escola. *In*: TOGNETTA, L. R. P. (org.). **Bullying e a convivência em tempos de escolas sem paredes: a formação para a convivência**. Americana, SP: Adonis, 2020.

MARQUES, N. R. N.; GALINDO, A. G. Violências nas escolas: é caso de polícia? **Inovação & Tecnologia Social**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 101-118, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/2048>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SANTA CATARINA. **Lei n. 14.408, de 10 de abril de 2008**. Institui a Política de Prevenção à Violência contra Educadores na rede de ensino fundamental e médio do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Governo do Estado de Santa Catarina, 2008. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2008/14408_2008_Lei.html. Acesso em: 3 jan. 2023.

SANTA CATARINA. **Lei n. 14.651, de 12 de janeiro de 2009**. Institui o Programa de Combate ao *Bullying*, de ação interdisciplinar e de participação comunitária nas escolas públicas e privadas do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Governo do Estado de Santa Catarina, 2009. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2009/14651_2009_Lei.html. Acesso em: 3 jan. 2023.

SANTA CATARINA. **Política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola**. Florianópolis, SC: Secretaria de Estado da Educação, 2011. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/6613-politica-de-educacao-prevencao-atencao-e-atendimento-as-violencias-na-escola>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SANTA CATARINA. **Política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola**. 2. ed. Florianópolis, SC: Secretaria de Estado da Educação, 2018a. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/servicos/programas-e-projetos/6613-politica-de-educacao-prevencao-atencao-e-atendimento-as-violencias-na-escola>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SANTA CATARINA. **Núcleo de Educação e Prevenção às Violências na Escola/NEPRE on-line**. Florianópolis, SC: Secretaria de Estado da Educação, 2018b. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/busca?searchword=nepre&searchphrase=all>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SANTA CATARINA. **Núcleo de Educação e Prevenção às Violências na Escola/NEPRE on-line**. Florianópolis, SC: Secretaria de Estado da Educação, 2019. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/busca?searchword=nepre&searchphrase=all>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SANTA CATARINA. **Núcleo de Educação e Prevenção às Violências na Escola/NEPRE on-line**. Florianópolis, SC: Secretaria de Estado da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/busca?searchword=nepre&searchphrase=all>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SANTA CATARINA. Núcleo de Educação e Prevenção às Violências na Escola/NEPRE *on-line*. Florianópolis, SC: Secretaria de Estado da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/busca?searchword=nepre&searchphrase=all>. Acesso em: 3 jan. 2023.

TESSARO, M.; TREVISOL, M. T. C. Formação de professores e o manejo de situações de *bullying* na escola: o que as pesquisas têm indicado? **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, v. 3, p. 44–67, 2020. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2112>. Acesso em: 3 jan. 2023.

TESSARO, M. **Enfrentamento e prevenção do *bullying* e outras violências**: construção de um programa de formação de profissionais que atuam na escola. 2022. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC, 2022. Disponível em: https://www.unoesc.edu.br/images/uploads/atendimento/M%c3%b4nica_Tessaro.pdf. Acesso em: 3 jan. 2023.

TOGNETTA, L. R. P.; DAUD, R. P. Formação docente e superação do *bullying* um desafio para tornar a convivência ética na escola. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 36, n. 1, p. 369-384, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2018v36n1p369>. Acesso em: 28 dez. 2022.

TOGNETTA, L. R. P. *et al.* A convivência positiva e a prevenção do *bullying*: as contribuições dos sistemas de apoio entre iguais – um estudo entre as experiências brasileira e espanhola. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Sergipe, v. 13, n. 32, e14391, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/14391>. Acesso em: 28 dez. 2022.

TOGNETTA, L. R. P. *et al.* Validação de instrumento sobre engajamento e desengajamento moral de docentes diante do *bullying* na escola. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 292–319, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14477>. Acesso em: 28 dez. 2022.

TREVISOL, M. T. C.; CAMPOS, C. A. Bullying: verificando a compreensão dos professores sobre o fenômeno no ambiente escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 2, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/PFyPKw5zCnZjJ6RZghkzvrz/?lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2023.

VINHA, T. P.; NUNES, C. A. A. As agressões do aluno ao professor: cenários e possibilidades de intervenção na escola. **Educação Unisinos**, v. 24, p. 1-13, 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.33/60748040>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ZECHI, J. A. M.; VINHA, T. P. A convivência ética em escolas públicas: Análise de um programa de intervenção a partir das perspectivas dos profissionais da escola. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1293–1310, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15032>. Acesso em: 28 dez. 2023.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, código de financiamento 001.

Conflitos de interesse: Não aplicável.

Aprovação ética: Trata-se de um estudo documental, no entanto, a tese que deu origem a este artigo foi aprovada sob número de parecer: 4.363.634.

Disponibilidade de dados e material: Os dados analisados estão disponíveis no site da Secretaria da Educação de Santa Catarina.

Contribuições dos autores: Mônica Tessaro: Coleta de dados, análise e interpretação dos dados, redação e organização do artigo.

Maria Teresa Ceron Trevisol: Acompanhamento na organização e escrita do artigo, leitura e orientação quanto à análise dos dados.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

